

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.739 - SP (2019/0165355-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE** : CENTRO MEDICO PACAEMBU LTDA  
**ADVOGADO** : RENATA VILHENA SILVA - SP147954  
**EMBARGADO** : BRADESCO SAUDE S/A  
**ADVOGADO** : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825  
**INTERES.** : ADM ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA  
**ADVOGADO** : ANDRÉIA CHRISTINA RISSON OLIVEIRA - SP257302

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 432/435) opostos à decisão desta relatoria que negou provimento ao agravo nos próprios autos, mantendo a inadmissibilidade do recurso especial.

O embargante aduz a existência de omissão na decisão embargada quanto à incidência de honorários advocatícios recursais.

Ao final, requer o acolhimento dos embargos declaratórios para sanar a omissão apontada.

Impugnação apresentada (e-STJ fls. 439/443).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ademais, os embargos declaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, como pretende a parte ora embargante, sendo certo que o efeito modificativo pretendido somente é possível em casos excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, o que não se evidencia no caso em exame.

Sob esse enfoque, o seguinte precedente da Corte Especial:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. DECISÃO QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeita-se o recurso integrativo.

II - Consoante jurisprudência firmada por esta Corte Superior, a tempestividade dos recursos é aferida quando do protocolo na secretaria do Tribunal e não da entrada na agência dos correios.

III - Ademais, embora o embargante tenha juntado comprovante da entrega em Brasília, no dia 14/01/2013, não há comprovação de que tenha sido, na mesma data, entregue na secretaria deste Tribunal. Não tendo sido, inclusive, juntado até o presente momento os originais do recurso interposto.

IV - Embargos rejeitados.

(EDcl no AgRg no ARE no AgRg nos EDcl no RE no Ag n. 1.423.681/BA, Relator

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/9/2013, DJe 25/9/2013.)

No caso, não foram fixados honorários advocatícios em desfavor da parte embargada, razão pela qual não há falar em honorários advocatícios recursais.

Relembre-se que o simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

Assim, não se constata nenhum dos casos de cabimento dos embargos declaratórios.

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator